



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 2ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo, a quem gostaria de saudar em nome de toda a Comissão, que irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009.

Anuncio também a presença do Sr. João Bernardo, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem saúdo em nome da Comissão.

Quero também saudar nossa Senadora Serys Slhessarenko, Relatora do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 e dizer que nosso Relator- Geral, Senador Delcídio Amaral, da proposta orçamentária para 2009, está chegando a Casa.

Comunico que está disponível na página da Comissão na Internet e na Secretaria o texto explicativo sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2009, enviado pelo Ministro, conforme descrito no §1º do art. 84 da Resolução nº 1, de 2006.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos — está bem 30 Ministro? — para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que eu permita. Conforme estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos. Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta perante a Secretaria da Comissão.

Antes de passar a palavra ao Ministro, quero comunicar que, como é do conhecimento de todos, o Congresso Nacional realizará sessão para discutir e votar os projetos de lei de crédito que restabelecem as emendas Parlamentares e de bancada que ficaram inviabilizadas em razão de vetos ao plano plurianual para o período de 2008/2008.

A sessão deverá ocorrer assim que a Relatora, Senadora Roseana Sarney, nossa Líder do Governo, concluir seu parecer diante do trabalho feito por S.Exa. e pelo Vice-Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e se houver número para isso, e se a sessão, diante de tudo isso, puder ser convocada para hoje e, sendo assim, concluindo o relatório votados os projetos.

Em face da possibilidade de as emendas Parlamentares constantes do Orçamento para 2008 não serem executadas em razão de suas ações não terem correspondente programação no Plano Plurianual para o período de 2008/2011, ou seja, motivo diverso ao veto apresentado, solicitei à Consultoria do Orçamento da Câmara dos Deputados que fizesse levantamento sobre todas as ações previstas no Orçamento de 2008 e que não estão cobertas por programas constantes no PPA. Desse fato tomaram ciência todos os coordenadores de bancada que formam o Colegiado dos coordenadores de bancada desta Comissão.

O resultado do trabalho da Consultoria identificou 181 ações que constam do orçamento para 2008 e que não têm programa correspondente no PPA 2008/2011, totalizando 4,100 bilhões de reais.

Encaminhei ofício ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, expondo a preocupação desta Presidência quanto à execução dessas emendas. Tomei a liberdade, junto com os membros desta Casa, de lembrar que na lei do Plano Plurianual 2008/2011 o art. 16, c/c art. 15, autoriza o Poder Executivo a atualizar, com base na Lei Orçamentária de 2008 os programas constantes do PPA. O Sr. Ministro e o Ministério foram extremamente ágeis, competentes e tomaram todas as providências possíveis na última semana, tendo inclusive as assessorias técnicas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já se reunido e ultimando para esta semana a edição do decreto.

Diante de tudo isso, e agradecendo a presença do Ministro, certamente terá explicações e mais do que isso, esclarecimentos sobre as matérias, passo a palavra ao nosso Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, nobre Presidente, quero manifestar minha satisfação em estar nesta audiência e também de encontrar vários dos nossos Colegas com quem trabalhamos durante um bom tempo. Acho que esta é uma boa oportunidade para fazermos um debate sobre as matérias orçamentárias e os nossos planos para este ano e para os próximos anos.

Eu queria, inicialmente, antes de começar minha apresentação, responder às questões colocadas pelo Presidente e acho que estamos todos aqui bem informados dos assuntos que são tratados.

Temos um número grande de projetos que foram objetos de veto na sanção do Plano Plurianual. Já explicamos isso: tivemos que vetar, porque uma grande parte desses projetos são de valores muito altos e não tinham dotações



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

correspondentes em valores mínimos para serem executados. Na verdade, nossa avaliação é de que estaríamos sinalizando um grande número de obras não acabadas se fôssemos simplesmente tocando esses projetos. No entanto, também reconhecemos que em alguns casos não havia a mesma necessidade, até porque foram vetados, inclusive em alguns casos, emendas individuais, projetos de muito menor valor, e por conta disso, reconhecendo esse ponto. A partir das reclamações desta Comissão e de V.Exa., enviamos para cá esses 2 projetos que tramitam, e a Líder do Governo no Congresso Nacional, a Senadora Roseana Sarney, deu-nos essa informação de que é o possível haver hoje ainda uma sessão do Congresso Nacional para votar, e me parece que isso resolve uma parte do contencioso.

O que estamos preparando a partir do ofício que nos foi remetido pela Comissão é um decreto baseado na autorização que nos foi dada na votação do PPA. Temos uma autorização em lei para recompor algumas dotações no PPA, e estamos fazendo isso para esses projetos que constam na Lei Orçamentária e que não constam no projeto de lei do Plano Plurianual. São aproximadamente 4,100 bilhões de reais, dos quais já temos a solução para 3,8 bilhões de reais. Estava comentando isso antes da reunião. E o Secretário Executivo, João Bernardo, lembra que também vamos mandar mais 200 milhões de reais por projeto de lei. Restarão 321 milhões de reais, dos quais 300 milhões de reais se referem à Ferrovia Norte/Sul, que, entendemos, está contemplada, porque se trata de uma obra do PAC, que está sendo tocada, e vamos discuti-la. Portanto, ficariam 2 projetos no total de 21 milhões de reais para ser resolvido.

Na verdade, um desses projetos — depois eu verifiquei aqui com nosso Secretário —, de 12 milhões de reais, é uma obra que foi terminada. Portanto, não faz sentido colocar mais dinheiro porque entre a inclusão da emenda e essa data já foi terminada a obra, uma rodovia no Mato Grosso do Sul, mas temos condição de esclarecer isso.

Portanto, queria passar às mãos de V.Exa. um resumo do que vai estar contido no decreto que vamos editar nos próximos dias. Quero pedir desculpas, porque alguém deixou cair uma espécie de gel aqui na bancada. Foi alguma sabotagem, que não entendi o porquê. Então, o papel ficou meio manchado, mas, depois desta reunião, vou remetê-lo novamente. Alguém deixou cair um Gumex, uma Glostora. Vocês lembram da Glostora? Eu não uso, confesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ministro, eu confesso que não percebi a Glostora. Eu fiquei feliz com a rapidez do Ministério em resolver o problema do Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e agradecer esse trabalho feito pelos coordenadores de bancada e pelos Líderes partidários, que, sem dúvida, pela sensibilidade de V.Exa., entendeu que isso se trata de recurso público que chega na ponta, graças à ação dos Parlamentares.

Muito obrigado pela presteza de V.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Pois não, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, vou continuar. Se me permite, vou passar para a apresentação que trouxermos sobre a LDO, e vou tentar fazê-lo sem gastar todos esses 30 minutos.

O projeto de lei que aqui chegou e tem a Senadora Serys Slhessarenko como Relatora, na verdade repete dispositivos; tem algumas novidades, mas ele repete um grande número de dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano. Eu queria inicialmente mostrar os parâmetros macroeconômicos. Os parâmetros que usamos para elaborar a proposta de LDO, com o crescimento de 5%, do período de 2008 até 2011; para o PIB, em valores, 2 trilhões, 837 bilhões para este ano, depois os valores para cada ano seguinte; a meta de superávit primário do setor público de 3,80, a exemplo do que temos para este ano e aberta pela meta do Governo central, empresas estatais, Estados e municípios.

Quanto à dívida líquida do setor público, temos a previsão de fechar este ano com 40,9% do PIB, diminuindo até 31% do PIB em 2011. O IPCA com previsão de 4,5. As previsões de Taxa SELIC e taxa de câmbio, todos aqui sabem, mas não custa repetir: não fazemos previsão de Taxa SELIC nem de câmbio. Usamos normalmente as projeções que são feitas pelo mercado. O Governo não faz essa projeção.

Este gráfico mostra a evolução da dívida, aquilo que havíamos falado, com o resultado primário, estamos projetando, de 3,80 e a projeção da dívida para 31% do PIB em 2011.

Os resultados fiscais do Governo estão ali. De 2006, já verificado; de 2007; e a projeção para 2008, já com a reprogramação que fizemos neste início de ano, portanto mantendo a meta de 3,8% do Produto Interno Bruto de superávit. Lembro que estamos projetando também para este ano a possibilidade de usarmos 0,49% do PIB de PPI — Projeto Piloto de Investimento. Chegou uma versão sem o gel. Depois, temos que abrir uma pequena investigação, para saber o que aconteceu aqui.

Presidente, as metas fiscais do Governo Federal estão expressas ali, período de 2009, 2010 e 2011. É bom lembrar que estamos falando sem considerar a possibilidade de abater o Projeto Piloto de Investimento. Desses patamares, o Governo tem a possibilidade, prevista na LDO para este ano, e que também está sendo colocada na proposta de LDO para o ano que vem, de eventualmente haver um abatimento dos gastos com o Projeto Piloto de Investimento, que,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ano que vem, vai somar o total de 15 bilhões, 567 milhões, ou meio ponto percentual do PIB, contra 13 bilhões, 825 milhões deste ano.

O PPI está inteiramente inserido no PAC, a partir de 2008, conforme o dispositivo da LDO para este ano. Os projetos que estão no PPI somam, na verdade, 16 bilhões e 900. O que está no PPI é 13 e 800, mas tem mais 3 bilhões e 100 que não estão no PPI.

Quanto ao reajuste do salário mínimo, estamos mantendo a mesma regra da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano e de anos anteriores, lembrando que há uma regra em tramitação no Congresso. Portanto, deixamos a possibilidade de, sendo aprovada antes da votação da Lei Orçamentária, mudarmos essa regra. Aliás, foi o que aconteceu este ano. Aprovamos, no ano passado para este ano, uma regra a partir da qual a taxa de inflação acumulada pelo INPC acrescida do crescimento real do PIB de 2 anos de defasagem. Isso foi o que usamos para este ano, mas não temos a lei permanente que trata desta questão.

Principais inovações.

Estamos colocando uma regra. Todo ano, temos polêmica a respeito. Então, já vou dizer claramente o que estamos pretendendo sobre isso.

Sr. Presidente, apresentamos a possibilidade de execução de três doze avos, do limite de três doze avos das despesas discricionárias de cada ação constante do projeto se ele não for aprovado até o dia 22 de dezembro de 2008.

O que estamos dizendo? Se o Congresso Nacional não votar a lei orçamentária, a nossa proposta, como está nessa regra, prevê que poderíamos executar as dotações equivalentes ao período de janeiro a março de 2008. Isso não se aplica às bolsas de estudo no âmbito do CNPq e da CAPES, da residência médica, do Programa de Educação Tutorial. Também não se aplica aos pagamentos de estagiários e por contratações temporárias de excepcional interesse público ou com ações de prevenção, preparação e resposta a desastres, classificadas na fundação de defesa civil — acho que todo o mundo entende por que estão excepcionalizados esses grupos de despesas.

Estamos também fazendo uma proposta tentando simplificar o número de dispositivos da LDO. Já discutimos isso com esta Comissão no ano passado, mas não foi efetivado. Porém, achamos que é uma discussão importante.

A LDO tem dispositivos que foram quase invariavelmente incluídos pelo Congresso Nacional e repetidos todos os anos, os quais achamos poderiam perfeitamente ser objeto de uma lei permanente. Então, estamos encaminhando 3 projetos específicos para alguns desses assuntos. Caso haja aprovação desses projetos, poderemos tirar da LDO os mesmos dispositivos. Enquanto não for, mantemos o dispositivo que está na nossa proposta, mas gostaríamos de continuar esse debate com a Comissão Mista de orçamentos.

Vou dar alguns exemplos. Realização de audiência pública e reunião conjunta referente aos relatórios quadrimestrais e divulgação de informações orçamentárias e financeiras na Internet. Isso é uma coisa que, a não ser que haja debate específico, não vai mudar mais. Vamos ficar com esse dispositivo permanentemente. Nossa proposta é transformar isso numa lei e simplesmente tirá-lo da LDO, pois achamos que não é mais objeto de uma lei de diretrizes orçamentárias.

Da mesma forma, inclusão de dotações na lei orçamentária anual para atendimento de despesas de precatórios e outras despesas judiciais transitadas em julgado, ou de procedimentos a serem observados para encaminhamento e aprovação de proposições que tratem da redução de receitas e criação ou aumento de despesas obrigatórias. Também são dispositivos que se tornaram permanentes e se repetem todo ano. Portanto, na nossa opinião, poderiam bem estar em lei permanente e tiraríamos da LDO esses dispositivos.

Sr. Presidente, esse era o conjunto de informações que destacamos para apresentar e me coloco à disposição para o debate com a Relatora e com os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer a V.Exa. a gentileza.

Imediatamente, passo a palavra à Relatora do Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, a nossa Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - O Presidente capricha no meu nome.

Sr. Presidente da nossa Comissão Mista de orçamentos, Sr. Ministro, Srs. Deputados, Srs. Senadores, todos os senhores já têm o cronograma que temos de vencer para conseguirmos aprovar a LDO no tempo previsto pelo Congresso Nacional, ou seja, no dia 11 de julho. Trata-se de um período extremamente exíguo para muito trabalho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sra. Relatora, peço licença por um minuto para convidar o Relator Geral do orçamento, Senador Delcídio Amaral, para fazer parte dos trabalhos. Queria agradecer ao Vice-Presidente, Deputado Marcos Montes, que me substituiu na Presidência.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - Eu diria, senhores, que essa vontade e essa determinação do Presidente Mendes Ribeiro Filho de buscar agilizar e facilitar os trabalhos desta Comissão, com muito diálogo e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

entendimento — esta é a palavra que mais ouço o Presidente falar, é algo novo nesta Comissão, que vem funcionando dentro de uma nova sistemática. A demonstração disso vem acontecendo em reuniões realizadas pela bancada, com líderes de partido, com a bancada de coordenadores estaduais.

Dialogamos muito a respeito da LDO, principalmente quando chega na parte das emendas, que, me parece — não sei se é, porque nunca fui Relatora de LDO — ser a parte mais complexa da história. A coisa fica bem difícil, porque são muitas as emendas, são milhares de emendas; são 5 emendas individuais por Parlamentar, da Câmara e do Senado; 5 emendas por bancada estadual; e 5 emendas por Comissão Permanente. São quase 3 mil emendas.

Portanto gostaríamos de solicitar, desde já, falando a todos os Parlamentares, que, dentro dos limites e possibilidades, adiantem suas emendas e as elaborem para podermos trabalharmos no tempo devido e necessário.

Temos também o entendimento com o Presidente da Comissão de que devem ir alguns, não todos, a poucos Estados para fazer uma discussão mais ampla sobre a LDO e para dar visibilidade à população brasileira. Discutir nos Estados as metas e prioridades dará ao Brasil maior entendimento maior sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sr. Ministro, sabemos das dificuldades que temos e teremos para elaborar o Anexo de Metas. Como eu disse, já trabalhamos um pouco, conversamos com os líderes de partido, com os líderes de bancada, que nos deram sugestões muito interessantes. Principalmente houve a observação de que a LDO tem que ter como pano de fundo real o PPA, que todas as bancadas deverão ter bem visível ao elaborar suas emendas, para que não haja emenda que não esteja em conformidade com o plano plurianual. Esse é um trabalho que já estamos buscando fazer.

Como eu disse, Sr. Ministro, sabemos das dificuldades que temos e teremos para elaborar o Anexo de Metas, mas contamos com a vontade e o esforço de todos no sentido de que ele contemple o trabalho dedicado e responsável de todos os Parlamentares e que ele, realmente, venha a servir na sua íntegra para respaldar a elaboração do orçamento.

Sr. Ministro, tem sido perguntado por vários Parlamentares: será que o Anexo de Metas realmente será considerado para valer para a elaboração do orçamento? Eu tenho respondido positivamente, Ministro. Mas, claro, a sua resposta é que é a relevante nessa situação.

Já que estamos tratando, como disse no início da minha fala, com o novo nesta Comissão, que os compromissos aqui assumidos sejam aqueles compromissos que iremos conseguir responder aos Parlamentares. Que os Parlamentares, ao responder, prontamente, na elaboração da LDO, respondam a posteriori também.

Tenho várias perguntas, Sr. Ministro, que talvez eu pudesse entregar a V.Exa. para que sejamos mais breves. Algumas se referem a projetos específicos, sobre os quais o senhor já se pronunciou a respeito. São projetos específicos que estão inclusos, ou melhor, não é que estejam inclusos; esses projetos fazem parte da LDO. Hoje, esses projetos estão sendo encaminhados pelo Governo para que sejam aprovados como projetos permanentes. O senhor já respondeu que estão sendo encaminhados e, se aprovados forem, antes da LDO, com certeza, eles não constarão mais como princípios da LDO, e sim como leis, vamos dizer assim, permanentes.

Independentemente desse pacote de perguntas que deixarei para o Sr. Ministro, gostaria de fazer algumas ponderações.

Recentemente, o Comitê de Política Monetária, o COPOM, decidiu pela elevação da taxa de juros. Sr. Ministro, uma vez que essa decisão repercute nos orçamentos públicos, pois eleva despesas com juros e demais encargos da dívida pública, V.Exa. avalia que essa decisão põe em risco as metas fiscais previstas no PLDO 2009?

Uma outra questão: o Fome Zero passou a ser uma das principais bandeiras do Governo atual. O desequilíbrio entre a oferta de alimentos e a demanda por eles afigura-se um fenômeno de amplitude global. Estamos vendo e ouvindo todo dia essa discussão. Realmente, ela é muito maior do que nós aqui no Brasil. Nós sabemos que tem muito da questão política internacional, um jogo muito pesado inclusive com relação ao etanol. Isso é uma coisa maior contra a qual temos que nos debater com toda a nossa força e determinação, porque é algo contra o Brasil.

Isso é um pano de fundo maior, global. Diria que é o enfrentamento do biocombustível, do combustível renovável. Agora, acharam esse jogo de jogar com a questão da produção de alimentos. O Brasil tem, tranquilamente, condições de ser um grande produtor de etanol sem que seja reduzida a produção de alimentos. Ao contrário, o Brasil pode produzir muito mais se houver essa decisão, principalmente se o mundo mais rico souber respeitar países como o nosso e fazer o jogo que tem que ser feito, o qual temos que exigir que seja feito, que é a troca de tecnologia. Aí também há a necessidade de investimentos em tecnologia.

Finalizando, tudo indica que o Brasil pode contribuir para aumentar a oferta de alimentos. Como V.Exa. destacaria o papel de nossas agências financeiras oficiais de fomento em meio a essa crise?

Deixaria várias outras questões aqui com o Sr. Ministro.

Quereria ainda, não é puxando a brasa para o meu Estado, o Mato Grosso, Parlamentares, até porque essa questão, diria, diz respeito a muitos Estados. No meu Estado do Mato Grosso, há a necessidade de criação de uma boa



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

infra-estrutura de transporte. O Presidente Lula tem dado especial tratamento nesse aspecto. S.Exa. inseriu no PAC diversas rodovias estruturantes. Agora mesmo estamos aprovando PLs que federalizam, em Mato Grosso, 5 rodovias.

Eu digo que elas atingem outros Estados. Os Srs. Parlamentares de outros Estados, pelo número das BRs, já poderão identificar — 174, 242, 359, 080 e 259. Essas 5 estradas, na sua totalidade ou em grande parte, não eram federalizadas. Outros Estados também têm agido no mesmo sentido, Sr. Ministro.

De que forma o Governo pretende tratar da matéria no plano orçamentário, uma vez que essas a federalização dessas estradas no Senado já foi aprovada e o caminho já está quase andado na Câmara também?

Temos o PAC e o PPI. Ao que tudo parece indicar, as obras do PAC, pelo menos, muitas pessoas têm comentado, não estão relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades. Seria importante que V.Exa. deixasse bem claro, hoje, porque muitos Parlamentares têm conversado conosco, dizendo que, pelo que tudo indica, elas não estão relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades.

Gostaria de ter claro, porque, pelo que eu li, na LDO, aparece o PAC e o PPI no art. 4º. Mas as obras do PAC e do PPI não estão elencadas no Anexo de Metas e Prioridades. Com que intensidade vamos lutar pela manutenção no texto do art. 4º? Porque algumas pessoas estão dizendo que, se elas não estão no Anexo de Metas e Prioridades, estão só no art. 4º. Como que essa coisa vai caminhar?

Uma outra questão: acreditamos e entendemos que a responsabilidade do Congresso é muito grande, pois o povo brasileiro não pode pagar pelo atraso na aprovação do orçamento. Não pode. Isso é o claro e óbvio. Às vezes, o Congresso tem permitido esse atraso. Nós temos permitido. Agora, o Governo está propondo uma nova fórmula para a execução orçamentária provisória. Caso a aprovação do orçamento seja tardia, após 22 de dezembro de 2008, a regra do duodécimo, de um doze avos, está sendo trocada pela do três doze avos.

Com que intensidade o Governo gostaria de ver mantida a nova fórmula? Ou seja, se o Congresso aprovar até o dia 22 tudo bem; senão, são três doze avos.

Obrigada. Até porque a voz, que já não existia, agora, piorou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer a nossa Relatora do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, Senadora Serys Slhessarenko — agora, que aprendi a dizer o nome da minha Senadora o repito com insistência.

Quero, imediatamente, indagar ao nosso Ministro se V.Exa tem necessidade de fazer algum comentário após as indagações feitas pela nossa Relatora? Senão, eu já passaria para o primeiro inscrito.

Por favor, com a palavra o nosso Ministro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Se me permite, uma série de pontos comentados pela nossa Relatora não carece de respostas, porque há um grande grau de concordância. Mas queria mencionar uma coisa sobre alguns pontos que ela colocou.

Sobre essa polêmica dos alimentos e do etanol, Senadora Serys Slhessarenko, temos o mesmo ponto de vista. Talvez o Brasil seja o país que tem as melhores condições — disponibilidades de terra, água, sol, gente, técnica — de expandir a produção de alimentos. E nós podemos fazer isso, acho que todos concordam, em áreas degradadas de pastagens. Não precisamos diminuir; pelo contrário, precisamos aumentar a produção de alimentos. O Deputado Marcos Montes está acenando que concorda. Acho que temos alto grau de concordância com isso. Precisamos também estimular a produção de alimentos.

Queria lembrar, Senadora, que o Presidente Lula anunciou na semana passada um programa para reforçar as políticas praticadas pela EMBRAPA, o que até já se chamou de PAC da EMBRAPA. Cerca de 900 milhões adicionais serão alocados para pesquisa e assistência técnica. Vamos, inclusive, abrir 3 novos centros de pesquisa da EMBRAPA, sendo um deles em Cuiabá, outro em Palmas — estou vendo aqui o Senador Leomar Quintanilha — e outro em São Luís, atendendo a uma necessidade que foi identificada. Todos achavam que era importante haver essa expansão da EMBRAPA e, portanto, achamos que a retomada desse debate é uma boa notícia.

Em relação à regra de antevigência, eu queria ponderar com a Comissão que todos nós concordamos que o quadro ideal é que tenhamos o orçamento aprovado até o final deste ano. Às vezes, ocorrem atrasos. Não é todo ano, mas aconteceu de 2005 para 2006 e do ano passado para este ano. No ano passado, talvez tenhamos proposto uma regra excessivamente flexível, permitindo que o Executivo executasse o orçamento quase inteiro, mas nós estamos propondo que, nos meses de janeiro, fevereiro e março, tenhamos condição de executar as despesas discricionárias. Teríamos um orçamento até março. Por que março? Porque, se não aprovar em janeiro, dificilmente vai aprovar antes do começo de março, porque tem o recesso. Então, acho que seria razoável.

Portanto, eu queria pedir aos nossos Parlamentares, principalmente à Senadora, para olharem a matéria com carinho, porque precisamos de fato ter uma salvaguarda.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lembro que temos dialogado com o Congresso Nacional sobre as medidas provisórias. Temos um acordo que ainda não é formal, mas tácito no sentido de restringir o uso delas. Então, não podemos ficar no mato sem cachorro, vamos falar francamente, de não termos orçamento e nem podermos editar medida provisória. Então, isso é preciso.

Com relação ao COPOM, eu queria dizer que considero que o Banco Central está fazendo um papel fundamental ao manter a inflação controlada. Isso é absolutamente importante para a sustentabilidade do nosso conhecimento, para um projeto que pretende continuar melhorando a condição de vida das pessoas mais pobres. Sabemos que a inflação corrói primeiro o poder aquisitivo dos mais pobres. Então, V.Exa. me perguntou e, na minha opinião, o Banco Central está certo. Nós temos, de fato, uma pressão inflacionária. A projeção de mercado já aponta uma inflação acima da meta que tínhamos de 4,5%. Então, acho que temos de acertar isso.

Por outro lado, parece-me que o Banco Central está corrigindo excessos. Nós não temos intenção de provocar a descontinuidade de crescimento. Acho que a economia vai crescer os 5% que estamos apostando. Continuamos apostando nisso. Precisamos ter um discurso claro, porque o empresariado está fazendo um investimento muito forte. No ano passado, a taxa de crescimento foi superior a 13%, e nós precisamos garanti-la.

Estamos nos preparando para lançar a política industrial, no dia 12 de maio. O Presidente vai anunciar o no Rio de Janeiro a política industrial, que tem medidas importantes para estimular o investimento, para continuar estimulando as nossas exportações. Portanto, as medidas que o Governo está adotando são para continuarmos crescendo sem inflação. Acho que esse é o ponto fundamental.

Quanto às outras questões, tenho certeza de que poderemos continuar debatendo durante a tramitação da LDO. Vamos ter muitos contatos e poderemos continuar conversando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Sr. Ministro.

Vamos aos primeiros inscritos. Eu perguntaria se o Sr. Relator quer fazer alguma indagação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O castigo é uma questão da democracia.

O Deputado Ricardo Barros é o primeiro inscrito, e tem a palavra pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Primeiro, quero saudar o Ministro Paulo Bernardo, o João Bernardo, a nossa Relatora Serys Slhessarenko, o Senador Delcídio Amaral e o Presidente, que vem de forma bastante articulada e rápida conduzindo a solução dos problemas que são constantes na Comissão de orçamento.

Temos nesta LDO um fato mais relevante, qual seja o da redução da relação dívida/PIB. A relação dívida/PIB é a nossa capacidade de demonstrar ao mundo que o País caminha na direção de uma posição de estabilidade, de tranquilidade e, especialmente, de autonomia.

Em relação a esse aumento dos preços de petróleo, temos uma dúvida. O país é auto-suficiente, mas existem forças que movem essa indústria do petróleo e que agora começam a atacar o nosso etanol, nossos biocombustíveis. Nós temos dificuldades para exportação de biodiesel. Queria que o Ministro atentasse para a solução da exportação do biodiesel. A Argentina já vem exportando muito à frente do Brasil, e nós temos a liderança nesse mercado. A inclusão do etanol nas bolsas de mercadorias e futuros é fundamental para que os nossos produtores possam fazer um *head*, possam equilibrar suas vendas, fazer preço médio.

A Medida Provisória nº 413 que vamos votar hoje na Câmara dos Deputados já tem um dispositivo para evitar a tributação dessa fase, vamos dizer assim, de compra e venda do álcool no mercado futuro, até que, na venda efetiva, quando se vai fazer a entrega do físico, a tributação ocorra. Mas é preciso que tenhamos mais medidas no sentido de facilitar a transformação dos nossos combustíveis renováveis em *commodities*.

Especificamente, no caso do álcool, é a padronização. Precisamos ter um padrão energético de composição do álcool fabricado no País para que ele possa se tornar, então, uma *commodity* internacional. Então, esses pequenos percalços estão sendo superados rapidamente.

Eu entendo que o Ministro apresenta números bastante alvissareiros quanto à estabilidade econômica e ao crescimento. A Senadora Serys Slhessarenko falou bem do aumento da taxa de juros, o que nos preocupa a todos, porque ele tem efeitos. O custo da dívida é muito alto. Qualquer 0,5% ou 1% no valor da nossa dívida interna são bilhões de reais que deixam de estar disponíveis para aplicação em investimentos.

De um modo geral, eu queria apenas ressaltar a qualidade do relatório apresentado aqui pelo Ministro Paulo Bernardo e fazer uma única observação, que se refere às nossas APAEs, às nossas entidades filantrópicas que acabaram proibidas de receber investimentos e apenas podiam receber custeio pelo orçamento da União. Então, como estamos discutindo a LDO, e foi a LDO que proibiu esse recebimento pelas APAEs — eu falo especialmente delas, porque são as entidades que mais nos sensibilizam e mais necessitam desse apoio governamental —, pergunto se as entidades



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

filantrópicas, as entidades privadas sem fins lucrativos poderão ou não, neste orçamento, receber recursos do Governo Federal para investimento e não só para o custeio, como aconteceu até o presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Registrada a pergunta do Deputado Ricardo Barros, passo a palavra ao Deputado Hugo Leal para a fazer sua indagação ao Sr. Ministro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, mais uma vez é uma satisfação contar com a presença do Ministro Paulo Bernardo na Comissão Mista de orçamento, com as suas objetivas manifestações. E eu também serei bem objetivo nas minhas duas manifestações.

A primeira é que, dentro desse quadro trazido pelo Ministro Paulo Bernardo, de metas para receita e despesa do resultado primário nominal, imagino que em 2009, 2010, 2011 deva ter também a previsão da aprovação da reforma tributária. Eu imagino que tenha a perspectiva, a análise do que se pretende na atual reforma tributária que não é só uma reforma de...

análise do que se pretende na atual reforma tributária que não é só uma reforma de...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado, peço desculpas a V.Exa.

Peço à platéia, por favor, que contribua para que a reunião ocorra com a maior rapidez possível. Mas, para que isso aconteça, é preciso entender o que está sendo dito pelos Deputados e pelo Ministro. Por favor, perdoem-me a intransigência, mas em respeito aos Deputados.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Na aprovação do orçamento passado, quando fomos surpreendidos com a não aprovação da CPMF, tivemos de fazer um grande esforço. Eu imagino que o impacto tanto da Medida Provisória 413, que está sendo votada aqui, quanto o impacto da nova reforma tributária que traz desoneração da folha, principalmente desoneração previdenciária, imagino que esses dados, apesar de ainda serem futuros, estão sendo também compensados de alguma forma ou direta ou indiretamente analisados nesse quadro de metas, receitas e despesas. Quais seriam os impactos da atual reforma tributária, a PEC 233, para esse quadro atual e também das outras medidas tributárias em andamento na Casa? Essa é a primeira pergunta específica.

Outra pergunta específica. Tratando-se da LDO, foi objeto de resposta de V.Exa. no Ofício nº 238 para esta Comissão uma indagação a respeito do que aconteceria com as emendas derivadas do Projeto de Lei Orçamentária de 2008, que totalizavam 181 programações, que não constavam do PPA. Como Coordenador da bancada do Estado do Rio de Janeiro, indago de V.Exa. qual o tipo de orientação deveríamos seguir, como coordenação de bancada, para fazer o encaminhamento das emendas de LDO, das emendas de PPA e até o próprio desdobramento das emendas ao orçamento. O que poderíamos fazer para ajudar o Governo Federal a disponibilizar efetivamente os recursos? Qual seria a receita de bolo específica para não ficarmos discutindo aqui metas e propostas e não partirmos para execução? Como é que isso poderia se delinear em relação às coordenações de bancada para que, nas reuniões, estruturassem LDO, PPA e orçamento?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Informo ao Deputado Hugo Leal que os coordenadores de bancada estiveram reunidos com o Ministro Paulo Bernardo e que S.Exa. entregou à Comissão a publicação de todos os programas que não constavam no PPA. Com isso, restaram poucas ações ainda, que serão palco de discussão entre a assessoria do Ministro, e três ações ficaram descobertas. Será travada uma discussão entre a assessoria da Comissão do Senado e da Câmara e a assessoria do Ministro para encontrarmos uma solução.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeitamente, Sr. Presidente. Mas, independentemente dessa solução que já foi manifestada pelo Ministro, quero exatamente saber como é que se estrutura, agora para o orçamento de 2009; exatamente essa delineação. Como é que poderíamos ajudar, entre as aspás, as coordenações de bancada na escolha das suas ações específicas, das suas 5 emendas, sendo de LDO e PPA, para que não fiquem apenas discutindo sobre hipóteses, mas, sim, sobre ações concretas para delinear essa ação? Até porque a Resolução nº 1 teve o primeiro ano de vigência no ano passado. Nós já estamos no segundo ano aprendendo um pouquinho mais sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. O Ministro responderá a questão de V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os Srs. Relatores, os dois Bernardos, o Ministro Paulo Bernardo e o Secretário João Bernardo.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero fazer uma ponderação. Diante dessa perspectiva de crise internacional, as metas que foram apresentadas — a projeções de 5% de crescimento do PIB para os próximos anos — não estariam sendo extremamente otimistas? Seria a primeira pergunta.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda pergunta, Sr. Ministro, é a respeito do resultado nominal. Nos últimos anos, pegando o ano de 2006, o previsto era de 34 bilhões e 400; o realizado foi de 56 bilhões e 500. No ano de 2007, o previsto era de 30 bilhões e 800; o realizado foi de 43 bilhões e 300. Notamos diferenças muito acentuadas entre o previsto e o realizado. Quanto podemos confiar nas metas expostas aí: para 2008, 30 bilhões e 800; para 2009, 8 bilhões e 600 de déficit e para 2010, superávit de 7 bilhões e 700?

Isso posto, Sr. Ministro, a preocupação com as despesas correntes, citando o exemplo do que foi colocado neste ano. O Executivo incluiu no PLDO de 2007 artigo estabelecendo redução de pelo menos 0,1% das despesas correntes primárias constantes do orçamento fiscal e da seguridade social. Posteriormente, o mesmo Governo vetou esse dispositivo.

Cabe mencionar também que, a exemplo do PLDO de 2008, o PLDO de 2009 não contém dispositivo presente na LDO de 2007, que estabelece que a despesa empenhada no exercício relativo a publicidade, diárias, passagens e locomoção no âmbito de cada Poder não poderá exceder a 90% dos valores empenhados no ano anterior. Sr. Ministro, a ausência desses dispositivos no PLDO de 2009 não estaria proporcionando aumento dos gastos públicos?

Seriam esses os questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao nobre Deputado. Quero lembrar que o nosso Ministro responderá a todas as perguntas no fim das manifestações.

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Senador Delcídio Amaral, Ministro Paulo Bernardo, vou colocar uma questão aqui mais para reflexão e peço apenas que seja considerada como demanda futura, se houver espaço para discutirmos essa questão. Até porque, Ministro, considero que o nosso Governo... Digo nosso Governo porque sou da base do Governo.

No Ministério, V.Exa. vai deixar um legado muito importante para o País, que é exatamente o planejamento; metas definidas e executadas. E o PAC, que está exatamente para isso, teve em V.Exa. um dos idealizadores. No entanto, acho que tem uma outra questão que considero muito importante para ser tratada.

Quando se discute orçamento, há que se considerar que o orçamento público tem que chegar lá na ponta, no Município, exatamente onde existe meio mundo de gente.

Certa feita, ouvi do Presidente Lula que o IBGE, quando apresentou os dados para o Programa Luz para Todos, disse que eram "x". Na execução do programa, descobre-se dezenas de centenas de comunidades que não têm acesso a absolutamente nada.

O orçamento precisa chegar lá na ponta, meu caro Paulo Bernardo. É claro que, para quem está aqui em Brasília... E esta tem sido a preocupação de V.Exas.: planejamento, execução, cumprimento das metas etc. No entanto, tem uma outra questão: muitas vezes, o orçamento não chega lá na ponta. Por que não chega? Qual é a dificuldade da execução chegar exatamente nas comunidades e municípios que precisam que essas políticas sejam efetivamente executadas, para além dos compromissos fiscais, de metas, de superávit etc.?

Ministro, hoje, para uma Prefeitura receber o dinheiro de um convênio, é muito difícil. Eu não era da Comissão de orçamento no ano passado — e muitos de nós somos novatos aqui na Comissão —, mas vi que essa matéria foi pouco discutida. Haveria possibilidade de estabelecer, na discussão da implementação dos convênios, no caso dos Municípios que num determinado momento estiverem em estado de calamidade ou de emergência — situações que muitas vezes são reconhecidas até pela Defesa Civil Nacional —, os mecanismos que podemos ter para facilitar que esses recursos cheguem a esses municípios, Ministro?

Vou dar um exemplo. Nas enchentes de 2004, alguns municípios declararam estado de calamidade ou de emergência e receberam recursos 1 ano e meio, 2 anos depois. Agora mesmo, no Nordeste, muitos municípios foram atingidos pelas enchentes. É claro que as águas baixaram, mas a situação permanece com aquela comunidade debaixo da lona, com as estradas vicinais e as pontes destruídas etc.

O município, para receber o dinheiro do convênio, passa por um funil, que é importante — estão aí a CGU e o TCU para controlar isso tudo, mas, muitas vezes, por conta da irresponsabilidade de um gestor municipal, quem está lá na ponta não recebe o benefício, não recebe os recursos.

A minha pergunta é se, na discussão da LDO, há diálogo no Ministério para discutirmos um pouco e avançarmos numa perspectiva para liberação desses recursos naqueles municípios que estejam numa determinada situação, inclusive reconhecida pelo Governo Federal?

Longe de mim facilitar a vida do mau gestor. Não se trata disso. Trata-se de estabelecer uma relação, digamos assim, mais eficiente para levar os recursos às comunidades que de fato deles precisam.

Hoje, Ministro, as dificuldades são imensas para liberar um convênio com os bancos. As exigências são de tal ordem — e elas são necessárias —, que muitas vezes o município sequer recebe os recursos e até desiste pelo meio do



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caminho. Volto a repetir: não estou tratando do município que está inadimplente. É problema real. Hoje, o município leva meses para liberar um convênio com a Caixa Econômica, porque há dificuldades. Nós vamos à Caixa, e as pessoas dizem que faltam engenheiros e técnicos para analisar os projetos.

Então, V.Exa., como Ministro, e nós precisamos deixar um legado a essa dificuldade entre o que se planeja, o que se executa e a maneira como esses recursos chegam lá na ponta, onde as pessoas necessitam dessas políticas públicas.

Era esse o meu considerando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa., Deputado Raimundo.

Por favor, Senador Gilberto Goellner. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, vou ser breve logicamente, porque o tempo, na verdade, está esgotado.

Nós só queremos aproveitar a oportunidade para parabenizar V.Exa. e também o Ministro, por encontrar, dentro do próprio Governo, solução de fato para os problemas surgidos com a aprovação e até com os vetos ao orçamento anterior.

Algumas reclamações dos companheiros nesta Casa, por conta de alguns vetos, estavam nos deixando incomodados. Na verdade, essa medida surpreendeu algumas das ações do próprio Governo, em vários Estados da Federação. Daí porque V.Exa., Sr. Ministro, trazendo a solução, alivia muito a temperatura aqui na Câmara dos Deputados.

No mais, agradeço a V.Exa. o posicionamento, que traz a esta Casa as sugestões e a apresentação da LDO, que de fato nos orienta para que tenhamos condições de elaborar um orçamento que represente aquilo que os brasileiros e que todos nós almejamos.

Então, agradeço a V.Exa., ao Presidente, aos Relatores, à Senadora Serys, ao Senador Delcídio e aos demais companheiros. Na verdade, todos nós estamos juntos, com o objetivo de fazer com que o orçamento seja aprovado dentro do que determina e do que almeja não só o Governo, como também esta Comissão e o próprio País.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Gostaria de passar a palavra, pedindo desculpas ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, que certamente já se esqueceu, alguma vez, de alguma linha. Lamento que essa linha seja a do seu nome e prometo que isso não vai mais ocorrer.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Ministro, que conhece bem esta Casa principalmente nos seus aspectos legislativos e nas prerrogativas do Congresso Nacional, há duas indagações a fazer. Primeiro, V.Exa. apresentou muito bem todos esses parâmetros macroeconômicos, a evolução da dívida, os resultados primários, mas há uma preocupação. Observe-se que esse cenário favorável vem fazendo com que haja uma perspectiva de aumento de gastos públicos. Isso nos preocupa no momento em que não temos a garantia de que as disponibilidades financeiras do Governo serão realmente revertidas em ações de investimentos públicos. Há um crescente, notório e real crescimento dos gastos públicos, que não é condizente com a necessidade do povo brasileiro, e essa compatibilização precisa ser feita. Então indago a V.Exa., Sr. Ministro, qual seria o mecanismo que nos poderia garantir que esse aumento que está sendo sinalizado fosse realmente destinado muito mais para os investimentos públicos.

Segundo, acredito que V.Exa., como grande Parlamentar que foi e é, e que se encontra agora no Executivo, também fica surpreso quando esta Casa reclama sua capacidade de legislar e reclama do poder legiferante do Governo nas ações do Congresso Nacional. É estarecedora essa proposta de execução antecipada da Lei Orçamentária, de esta Casa autorizar praticamente um quarto do Orçamento, ou três doze avos do Orçamento. Acredito que precisamos exercer nossas prerrogativas e aprovar o Orçamento em tempo hábil. Temos Orçamento condizente com as receitas, e não Orçamentos que chegam a esta Casa com possíveis impostos e contribuições ainda a serem arrecadados, levando o Orçamento a ter toda essa dificuldade de aprovação.

Precisamos ter realmente o nosso poder de legislar e de fazer com que haja essa peça orçamentária, com que haja o debate e os prazos legais, para que a execução orçamentária não gere instabilidade no Governo. Observamos muito bem que a execução orçamentária não se reflete somente nas ações do Governo Federal, mas também nas ações dos Estados e Municípios. Há um desequilíbrio dos investimentos necessários.

Portanto são essas as duas observações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço mais uma vez ao Deputado Raimundo Gomes de Matos a contribuição e concedo a palavra ao Deputado Vilson Covatti.

O SR. DEPUTADO VILSON COVATTI - Sr. Presidente, Sra. Senadora Relatora e Sr. Senador Relator, Sr. Ministro, Sr. Secretário, o art. 71 do Projeto de Lei nº 1, das Diretrizes Orçamentárias para 2009, dispõe sobre condições



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para limitação de empenho e movimentação financeira na execução da Lei Orçamentária, procedimento esse conhecido como contingenciamento. Tal critério é idêntico ao vigente para a LDO 2008.

Como é do conhecimento de V.Exa., a Lei Orçamentária para 2008 teve sua receita ajustada pelo Congresso Nacional após o cancelamento da CPMF, em comum acordo com o Poder Executivo, no caso o Ministério do Planejamento e a Receita Federal.

Pergunto ao Sr. Ministro se se parte da premissa de que as receitas estão condizentes com a responsabilidade de arrecadação. Portanto, não vejo risco de comprometimento da meta de superávit primário que foi estabelecida.

A propósito, a realidade dos fatos tem demonstrado que as estimativas da receita considerada na Lei Orçamentária são conservadoras, já que a arrecadação vem correspondendo a valores superiores aos previstos.

Isso foi divulgado, Sr. Ministro, pela própria Receita Federal, que disse na ocasião que a arrecadação de impostos e contribuições federais repetiu o bom desempenho de meses anteriores e fechou abril deste ano com resultado recorde. Ainda segundo a Receita, no acumulado de janeiro a abril, a arrecadação soma 102,6 bilhões de reais, o que corresponde a um crescimento real de 5,57% do IPCA e a 6,31% do IGP, de relação igual ao período do exercício anterior.

Agora, Sr. Ministro, feitas essas considerações, feito esse preâmbulo, eu pergunto a V.Exa.: se a arrecadação de 2008 encontra-se acima do previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal — que diz que a limitação de empenho e movimentação financeira somente deverá ocorrer se a receita não comportar o cumprimento da meta de resultado primário —, por que então o Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, estabelece o contingenciamento para o OGU 2008 de 19,2 bilhões de reais, que correspondem a 23,9 das despesas discricionais?

Observo ainda, Sr. Ministro, que o contingenciamento mais expressivo está sendo imposto aos Ministérios do Turismo, em 85%; do Esporte, em 82%; das Cidades, em 50%; da Agricultura, em 32%, onde há maior concentração de emendas parlamentares. Nossa preocupação é, perante a estimativa que citei no preâmbulo: se está dentro dos Ministérios mais concentrados para os Parlamentares, isso é para valer ou é só para dificultar, digamos, a liberação de emenda? Essa é a minha preocupação, e também sobre a questão do contingenciamento.

Dado que pedi socorro técnico para minha indagação, posso passar para vossas mãos esta minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer ao Deputado Covatti a participação.

Deputado Marcos Montes, nosso Vice-Presidente, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Sr. Ministro, toda a sua equipe, Sr. Presidente, Sra. Senadora, Senador Delcídio, senhores companheiros Parlamentares, Sr. Ministro, o senhor acompanhou que hoje pela manhã houve uma reunião extremamente desagradável. O Senador Neuto de Couto e o Deputado Cezar Silvestri estão aqui. Nós estivemos nessa reunião, desgastante, com o Parlamento da União Européia, mas ficou — e os Parlamentares que lá estavam podem me ajudar — muito clara a competitividade internacional, na globalização que existe, na falta de alimentos que o mundo enfrenta e na situação que a Senadora citou também com relação ao etanol, e também o Deputado Ricardo. Há realmente grande competitividade dos países, temendo uma ação forte que o Brasil possa ter no mercado internacional.

Vimos aqui as previsões da LDO de 2009, sujeita a turbulências que vamos ter na crise internacional que estamos vivendo. Até então, o País, o mundo viveu num céu de brigadeiro, e nós estamos entrando num sistema de turbulência extremamente delicado e com graves conseqüências. As previsões são muito otimistas para os anos seguintes, para 2009. Com toda a certeza, essas situações internacionais vão afetar claramente a condição que o Governo tem hoje de apresentar esses resultados.

Em face da reunião que tivemos hoje pela manhã e daquelas das quais participei com outros Ministérios e também quando estava na Presidência da Comissão de Agricultura, estamos extremamente preocupados em não ser pegos de surpresa com esses momentos difíceis que vamos viver nos próximos anos.

Sr. Ministro, V.Exa. já acompanhou algumas ações comigo lá na Comissão de Agricultura, aliás com muita eficiência — quero com clareza ressaltar isso, porque sou de um partido de Oposição ao Governo, mas com um respeito muito grande às ações de planejamento. Pergunto a V.Exa. se a produção no Brasil, principalmente a do setor rural — seja do etanol, seja de alimentos —, está dentro de um quadro previsto de estímulo, porque vamos encontrar essa turbulência num período de tempo muito curto e, quando formos pegos na situação dessa crise internacional mais grave, podemos não estar preparados. Já não estamos preparados desde hoje para enfrentar essa situação como enfrentamos o endividamento rural, dando um fôlego ao produtor, ainda num percentual um pouco baixo, na minha opinião, mas principalmente sem dar a ele uma condição de crédito, para que possa passar da ação de discutir dívida e produção, que será sem dúvida alguma a situação que segurará o Brasil num momento que o mundo inteiro atravessará...

Então a minha pergunta, Sr. Ministro, é se há uma preocupação forte em se executarem já ações prevendo esse momento de grande turbulência que o País vai enfrentar e diante também das projeções otimistas que o País tem hoje. Não podemos ser pegos de surpresa, como ocorreu com a questão da CPMF, quando sua não-prorrogação pegou o



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo de surpresa. Não queremos ser pegos de surpresa numa ação em que o Brasil tem todas as condições de ser o celeiro mundial.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado Marcos Montes. Passo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Paulo Bernardo, a Relatora da LDO, Senadora Serys Slhessarenko, nosso Senador Delcídio Amaral, toda a Mesa, os Deputados e Deputadas.

Primeiro, Sr. Ministro, eu queria parabenizá-lo, V.Exa. que foi nosso colega aqui na Câmara dos Deputados e hoje faz parte da equipe do Governo, aquela em que V.Exa., o Ministro Guido Mantega e a Ministra Dilma Rousseff têm executado com eficiência o Programa de Aceleração do Crescimento, que na verdade é um planejamento de Governo.

Hoje observamos a crise internacional que se apregoa e assistimos a alguns setores da imprensa que, ao anunciarem a crise, costumam dizer que ainda não atingiu o Brasil, como se quisessem dizer que já deveria ter atingido.

Eu queria que V.Exa. nos fizesse uma explanação sobre a crise internacional, as possibilidades de atingir ou não o País, e também que comentasse sobre o PAC, pois somos testemunhas da estabilidade que foi possível haver hoje no Brasil. Com certeza é por termos um planejamento de Governo.

Parabenizo V.Exa. por fazer parte dessa equipe e peço que comente a questão da crise internacional, em que momento ela pode nos atingir ou não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Paulo Bernardo, em primeiro lugar eu gostaria de ressaltar, como outros que já me antecederam aqui, que os números previstos para 2009, como para os anos seguintes, revelam a forma consistente como está organizada a economia brasileira.

Apesar de toda a turbulência econômica e financeira internacional, a economia brasileira inegavelmente revela sinais de saúde muito consistentes. É claro que temos de estar preocupados com a possibilidade de certo repique inflacionário, sobretudo em função dos preços dos alimentos e também das transações correntes.

Aliás, sobre esse aspecto, o Governo brasileiro, por intermédio do BNDES, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério do Planejamento, em boa hora, está lançando agora em maio a nova política industrial, que, acredito, será um estímulo muito grande à substituição de importações e até ao incremento das exportações de alto valor agregado brasileiras, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial e, por conseguinte, para as transações correntes brasileiras. Esses são os 2 elementos que eu acho que hoje preocupam sobremaneira a economia brasileira.

Sr. Ministro, eu gostaria de obter de V.Exa. algum comentário sobre um tema que me parece muito importante. A Câmara dos Deputados recebeu recentemente 3 petardos emitidos pelo Senado Federal. Dois deles tratam de medidas de alto impacto na Previdência Social, como é do conhecimento de todos, e o terceiro, que diz respeito a gastos na área de saúde, é a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Os 2 anteriores dizem respeito ao fator X... ao fator previdenciário. Fator X é outra coisa, é na área de telecomunicações, redução de tarifas, é a produtividade aplicada aos preços de telecomunicações. No caso aqui é o fator previdenciário e também a correção dos benefícios com base na avaliação do salário mínimo do último período.

Evidentemente, todas as medidas são absolutamente justas, se olharmos apenas para os beneficiários delas, mas medidas que geram impacto insuportável do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Evidentemente, nós, Parlamentares, procuraremos agir com responsabilidade no sentido de evitar situações que possam quebrar o justo equilíbrio, a justa consistência macroeconômica brasileira, que está trazendo tantos benefícios, tantas alegrias ao povo brasileiro, na forma de melhores salários, mais emprego, melhores condições de vida.

Agora, eu tenho, Sr. Ministro, uma preocupação muito especial no que diz respeito à área de saúde. Como é sabido, o cancelamento repentino das receitas da CPMF, algo em torno de 40 bilhões de reais/ano pode parecer para alguns que não tenha causado nenhum impacto significativo nas contas do Governo — vejo de vez em quando comentários desse tipo. Mas aqueles que olham com mais precisão e até com uma lupa sobre as contas públicas vêem que nós estamos muito distantes de resolver os problemas dos recursos necessários à saúde pública no Brasil. A Saúde, aliás, precisa de dinheiro e precisa de melhor gestão nacionalmente.

E a Emenda Constitucional nº 29 trata também, além de tratar das obrigações da União, dos Estados e Municípios no que diz respeito ao financiamento, de uma definição mais clara do que é e do que não é gasto com saúde pública no País. Então, é algo absolutamente imprescindível.

Eu pergunto, Sr. Ministro: qual a possibilidade de, com muita responsabilidade, com uma certa gradualidade, inclusive no incremento de gastos compatível com as receitas federais, nós, ainda neste semestre, conseguirmos encontrar



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um termo de compromisso sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que acho que seria algo fundamental? É um marco que o Governo do Presidente Lula precisa alcançar, porque ele é de extrema importância para o povo brasileiro, sobretudo para as populações mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Miguel Martini, por favor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Ministro, Sr. Assessor, em relação à pergunta que foi feita pelo companheiro Deputado Jorge Bittar, é simples: acho que nós aprovamos o que a base do Governo aprovou no Senado. Aprovou lá, nós aprovamos aqui. Foi a base do Governo que aprovou lá. Nós aprovamos igualzinho aqui. Isso aí eu acho que é fácil de responder, não é verdade? Acho que essa resposta é simples, porque a base do Governo na Câmara fez um processo, um trabalho, e a base do Governo no Senado modificou. Nós vamos respeitar e aprovamos o que o Senado aprovou. Fica fácil.

Mas Sr. Ministro...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - É o famoso diálogo entre o Feola e o Garrincha. Falta só avisar ao beque, não é?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu percebi que o Ministro não ficou muito satisfeito com isso, não. Mas seria uma lógica muito simples fazermos isso. É claro que nós vamos tratar o caso com a seriedade que ele requer.

Nós estamos vivendo um momento, Sr. Ministro, nessa questão do alimento mundial, que, por um lado, para o Brasil, é extremamente interessante, porque nós estamos usando no máximo 12% da nossa área agricultável. É o único país no mundo que tem como crescer em 88% a sua capacidade de produção agrícola, produzir alimento para o mundo. Então nós podemos produzir etanol, podemos produzir alimento e vamos superar qualquer país do mundo, sem considerar aqueles que já estão esgotados, como a China e a Índia.

Mas o grave problema disso é que a maioria desse alimento ou uma grande parte desse alimento são *commodities*, ou seja, o preço é determinado de maneira internacional. Aí nós temos um problema. Quer dizer, seria uma solução, porque nós teríamos a grande capacidade de fazer um superávit comercial extraordinário, exportando muito mais; por outro lado, sendo *commodity*, pressiona os preços internamente. Se não me engano, os dados do Governo são de que, se nós não considerássemos o item "alimento" na inflação, de 4,7% nós cairíamos para 2,4%. Isso significa dizer que o alimento agora é um componente sério.

E sabemos que isso não vai melhorar nem a curto nem a médio prazo — e acredito que não tenha solução nem a longo prazo sem ser catastrófico aqui. Por quê? Porque nós temos não só o problema que é a utilização de áreas agricultáveis em outros países, que estão sendo utilizadas para o biocombustível, o etanol etc., como é o caso dos Estados Unidos, do milho; nós temos um problema que é o maior de todos, e quanto a isso não há Governo que possa, neste momento, se precaver: a questão do efeito estufa, da mudança climática.

Nós estamos vendo a Austrália, por exemplo, que é um grande produtor de alimento, com problemas, ou por inundações, ou por queimadas. Ou seja, essa modificação climática está trazendo problemas de alterações gravíssimas, como foi o caso agora do Brasil: o sertão inundou, e o Rio Grande do Sul está em seca.

Portanto, Sr. Ministro, a minha pergunta objetiva é: como está sendo planejada essa questão especificamente? Claro, todos estão avaliando esse cenário. E a resultante disso dá a nós uma boa perspectiva no sentido de que vamos investir, vamos aproveitar essa nossa área e, com esse crescimento do preço dos alimentos, nós melhoraremos a nossa condição? Vamos trabalhar no sentido de minimizar esses efeitos da economia mundial, principalmente com a inflação alimentícia do mundo inteiro? De que maneira pensamos fazer isso? Percebemos até que todos esses subsídios que a Europa e os Estados Unidos têm dado à agricultura vão acabar, num momento como esse, sendo quase ineficientes, porque... Enfim, essa é a pergunta que eu queria fazer e gostaria de ouvir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Montes) - Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Biffi.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente, quero fazer mais uma constatação do que uma pergunta. Primeiro, um abraço ao Senador Delcídio, à nossa Relatora, Senadora Serys, ao nosso Ministro Paulo Bernardo, ao nosso Presidente.

Quero fazer uma pequena constatação nessa questão dos alimentos e do etanol. O Mato Grosso do Sul, Estado que V.Exa. conhece muito bem, porque estive lá por 2 anos administrando as finanças, foi muito procurado na questão das usinas de álcool. Nós tivemos 60 pedidos de usinas em pouco tempo, houve uma explosão nesse crescimento. Uma usina precisa de 30 mil hectares para começar a o plantio de cana, no mínimo, e, de repente, esses projetos começaram a minguar. Vemos lá alguns que não conseguem avançar este ano, já estão fechando, porque há um estímulo hoje ao plantio de alimentos. Então aquela luta, aquela preocupação de que a cana iria ocupar o espaço do arroz, do feijão, do milho e inclusive da soja, que tem uma grande produção, neste momento deixa de existir, porque o milho, que custava 10 reais, está a 20, 22 reais para o produtor. O saco de soja, que custava 20 reais, passou a custar 40, 45 reais. Então não há área



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disponível para o plantio de cana, porque, de repente, a produção de alimentos passa a ser mais interessante do que a produção de cana.

Nesse sentido, Sr. Ministro, faço esta intervenção: essa preocupação que aparece hoje no cenário internacional, essa questão do combustível limpo, vai prejudicar a produção de alimentos? Parece-me que não se está determinado com relação a isso. Parece que a produção de cana para a fabricação de combustível vem perdendo terreno, em face dos preços dos alimentos.

Nesse sentido, essa preocupação se desfaz neste momento. Temos essa área plantada pequena, reduzida, que podemos ampliar, e muito, se houver efetivamente não só uma proposta do Governo Federal com relação à política mais firme de combate ao subsídio internacional, mas também um apoio mais consistente ao nosso produtor. Nós, com certeza, vamos avançar muito na produção de alimentos.

Era isso o que eu queria dizer, já desfazendo essa preocupação de que nós vamos começar a passar fome em face da produção do etanol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Montes) - Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente, na ausência do arroz e do feijão, há o bife, que nós produzimos bastante. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Montes) - Vão ficar até sem o bife. Do jeito que eles estão trabalhando no Parlamento Europeu, vão ficar até sem o bife.

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Marcos Montes, primeiro faço uma saudação à ilustre família Bernardo, que nos enriquece com a presença em nossa reunião, ao nosso querido Ministro e colega Parlamentar, Paulo Bernardo, e ao Secretário-Executivo do Ministério, João Bernardo, que vem trazer sua contribuição e este debate ilustrativo; à querida Senadora Serys Slhessarenko, Relatora da LDO; e ao nosso querido colega Delcídio Amaral, Relator-Geral da Comissão de Orçamento.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é importante a discussão que o Ministro traz a esta Comissão, e já, de forma bastante ágil, traz solução para quase todas as questões aqui levantadas pela Comissão e pelo colegiado de coordenadores de bancadas, com relação ao decreto que abriga no PPA ações que já haviam sido aprovadas no Orçamento e que não constavam inicialmente do Plano Plurianual. Nós estamos aguardando, Sr. Ministro, para saber quais foram as 3 ações que não foram contempladas, para verificarmos a possibilidade da sua acomodação também.

Gostaria de louvar, Ministro, a bela condução do Estado brasileiro no que diz respeito ao seu planejamento. O Brasil finalmente está encontrando o caminho do desenvolvimento, e nós registramos o nosso reconhecimento e os nossos cumprimentos a V.Exa. e ao Presidente Lula.

Louvamos também, Ministro Paulo Bernardo, a preocupação que o Governo tem em reforçar as ações da EMBRAPA. Inquestionavelmente, a EMBRAPA deu uma contribuição inestimável para que o País, sobretudo nos últimos anos, apresentasse um índice de tecnologia invejável, que levou a um aumento de produtividade muito superior à ampliação da área utilizada, para que pudéssemos quebrar recordes, ano após ano, na produção sobretudo de alimentos. Então, essa pressão sobre a escassez de alimentos, que já se revela mundo afora, não é uma carapuça que caiba ao Brasil. No Brasil, nós não estamos com a situação preocupante de escassez de alimentos.

Por outro lado, percebe-se claramente que essa pressão nos parece também a oportunidade para, numa cortina de fumaça, estarem as economias ricas preocupadas com a grande possibilidade que o Brasil tem de se destacar na produção de energia renovável e limpa, originária dos biocombustíveis. E nós aqui não vamos fazer biocombustível de alimento. Então V.Exa. está correto na orientação que dá ao planejamento do Brasil, e novamente queremos cumprimentá-lo por isso.

Mas gostaria de chamar atenção para um fato, Sr. Presidente. Eu estava atento ao que disse aqui o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Marcos Montes, com relação à preocupação com a produção de alimentos aqui no Brasil. Os nossos produtores são os melhores do mundo, porque, para conseguir produzir com a eficiência com que produzem aqui, enfrentando todo o tipo de adversidade, inclusive dificuldade de acesso ao crédito, as intempéries, enfim, todo o tipo de dificuldade, são realmente os melhores produtores do mundo. Sr. Presidente, nós estamos na iminência de ter agravada a situação de acesso ao crédito, porque, além da inidoneidade financeira, ela pode ser agravada hoje com a inidoneidade ambiental.

Nós não votamos a Medida Provisória nº 2.166, e ela colocou na marginalidade um sem-número de agricultores brasileiros, que, amparados pela lei, haviam desmatado determinada proporção na sua propriedade. Então, acho importante, Ministro Paulo Bernardo, que V.Exa., que tem a responsabilidade de orientar, de balizar a condução do



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desenvolvimento deste País, possa ter um entendimento, um acerto com a área ambiental do País. Não queremos, absolutamente, que o País seja depredado, mas é importante que, em relação às questões de natureza ambiental tratadas pelo Ministério do Meio Ambiente, sobretudo pelo IBAMA, haja a racionalidade de compreender que não podemos entrar nessa história de não termos condições de produzir alimentos no Brasil, como está acontecendo em muitas partes do mundo.

Era esse o registro que queríamos fazer.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Os Deputados do Tocantins estão insistindo aqui na questão da MP nº 2.166, porque, recentemente, a Ministra Marina Silva, no afã de conter o desmatamento... A Medida Provisória nº 2.166 é aquela que trata do uso do solo, estabelece a condição para o uso do solo. Ela nunca foi votada. Está vigendo porque é medida provisória. Mas recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem um prazo para vigor.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Ela é antiga, e está em vigência ainda. Ela é do tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está bem. É só para o Ministro ter conhecimento.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, V.Exa. pode até achar que não é um assunto sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, pelo contrário.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - É um dos assuntos mais preocupantes do meio rural e do setor produtivo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É por isso que me preocupei com a questão de a medida provisória não ter sido apreciada ainda na Casa. Somente por causa disso, não pela importância da matéria.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Porque nós tínhamos uma legislação que, até há algum tempo atrás, antes dessa medida provisória, permitia o desmatamento de até 50% da propriedade. Com a Medida Provisória nº 2.166, em regiões revestidas por floresta, essa reserva passou a ser de 80%. Então, a medida provisória colocou na marginalidade, na ilegalidade, aqueles que haviam desmatado além do que ela estava permitindo. Sem que haja uma decisão por parte do Estado brasileiro, do Congresso Nacional, os órgãos ambientais, sob a égide dessa lei, têm pressionado de forma muito severa, muito austera, os produtores brasileiros.

Precisamos realmente rever essa situação, para voltarmos à tranquilidade e à normalidade da produção no campo.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Senador, uma questão de ordem.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Refiro-me à inidoneidade financeira, porque, em decorrência dessa questão ambiental, os bancos estão suspendendo o crédito. Não têm acesso ao crédito os produtores brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Questão de ordem. Sr. Senador Leomar Quintanilha, Sr. Presidente, quanto à questão da Medida Provisória nº 2.166, o Estado do Tocantins foi desmembrado do Estado de Goiás. É a mais nova federação do País. Antes, éramos do Centro-Oeste. Utilizávamos 65% daquela área. Temos 92% de cerrado. Hoje, nós — também sou produtor — estamos sofrendo uma perseguição muito grande dos órgãos de meio ambiente e do IBAMA. Muitos companheiros já haviam desmatado essas áreas, muito antes da criação do Estado. Hoje, só podemos utilizar 20% dessas áreas, quando elas já haviam sido utilizadas antes mesmo da criação do Estado do Tocantins. Então, hoje a questão da idoneidade financeira dos nossos companheiros que estão sendo multados em valores que superam o valor da terra... Queremos evidentemente — tenho um projeto de lei nesse sentido — voltar a integrar o Tocantins ao Centro-Oeste exatamente para legalizar o que está ilegal, já que isso foi feito antes da Medida Provisória nº 2.166.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Estão encerradas as inscrições.

Já estamos praticamente na prorrogação. Quando se está na prorrogação, a confusão na torcida é muito grande, mas é evidente que o nosso Ministro tem de responder às questões dos Srs. Deputados, e o nosso Senador Delcídio Amaral não poderia deixar de fazer uma observação sobre o assunto, já que vejo sua inscrição aqui na pauta.

Senador, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. João Bernardo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, Ministro Paulo Bernardo, já nos conhecemos há muito tempo e sabemos da competência de V.Exa. Como disse bem o Deputado Antônio



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Carlos Biffi, a administração de V.Exa. no Governo de Mato Grosso do Sul realmente foi de extrema relevância para o equilíbrio das finanças do nosso Estado, e V.Exa. repete essa habitual competência à frente do Ministério do Planejamento. Gostaria de registrar os números extremamente favoráveis apresentados, primeiro, no que se refere ao crescimento. No que se refere às taxas de juros, a resposta de V.Exa. com relação às medidas recentemente adotadas pelo Banco Central mostra uma preocupação explícita com as metas inflacionárias. O maior desafio de todos nós é manter a inflação sob controle.

Não posso deixar também de destacar as metas de superávit primário colocadas no relatório, de 3,80% do PIB; a redução da dívida com a previsão da dívida pública líquida para 2011 chegando a 31,1%, numa trajetória descendente; as medidas de compensação pela perda da CPMF, não só no que se refere à redução das despesas primárias, que é um tópico de extrema relevância para manter o equilíbrio das contas públicas, aqui muito bem destacadas; a receita proveniente do crescimento do País; e a elevação de alíquotas de IOF e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, especificamente sobre o sistema financeiro. Os números são bastante favoráveis. É importante destacar também as reservas cambiais, hoje já próximas de 200 bilhões de dólares. O Brasil passou à situação de credor líquido. Portanto, os números da economia são bastante favoráveis.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, registro que o que tem acontecido, principalmente no sistema financeiro internacional, tem trazido muitas preocupações ao Governo brasileiro e também às autoridades. Gostaria que V.Exa. fizesse uma explanação, evidentemente resumida, sobre a leitura que o Ministério do Planejamento faz disso — essa projeção é toda feita dentro daquilo que as instituições, que as empresas que acompanham o Sistema Financeiro Internacional fazem e do que as consultorias apresentam —, sobre a posição do Ministério do Planejamento especificamente no que se refere ao cenário internacional em função da crise dos *subprime* nos Estados Unidos, com reflexos pelo mundo inteiro, porque o risco foi capilarizado pelas instituições financeiras. Problemas como a produção de alimentos levaram, inclusive, a esse debate sobre a produção de biocombustíveis e sobre a produção de alimento, o que, sob o ponto de vista do Brasil, é uma discussão absolutamente ridícula, porque ninguém fala dos subsídios da Comunidade Econômica Européia — é disso que eles precisam cuidar — com reflexos no restante do mundo. E aí, especialmente, Ministro, o preço do barril petróleo hoje atinge 120 dólares e há reflexos disso tudo na economia mundial, no agronegócio, nos países em geral. Qual é a leitura que se faz dessa situação de risco com o preço do petróleo saindo de qualquer controle? Isso já está se refletindo inclusive nas importações da PETROBRAS, que crescem ano a ano e especialmente este ano e, pelas informações já repassadas, poderiam atingir 8 bilhões de dólares.

Fruto disso, Sr. Ministro, o grau de investimento do Brasil está mais longe ou está mais perto? Havia uma previsão de que, em meados do ano, chegaríamos a grau de investimento. Dentro desse novo cenário, V.Exa. acredita que ainda chegaremos a grau de investimento este ano, ou vamos ter de aguardar mais um pouco, até porque o grau de investimento traz uma série de benefícios para a economia brasileira?

A outra questão — o Deputado Jorge Bittar já se antecipou — refere-se especificamente, na expressão do Deputado, aos 2 projetos que foram recentemente aprovados pelo Senado Federal, um que se refere a fator previdenciário e outro a correção de aposentadorias pelo salário mínimo e a questão da Emenda nº 29, *vis-à-vis* com essas compensações, principalmente na área de saúde, que o Governo poderia vir a fazer, fruto do crescimento das receitas, do IOF e da CSLL. Gostaria de ouvir também de V.Exa. um posicionamento com relação a essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Relator e passo a palavra ao nosso Ministro, a quem concedo 15 minutos para responder às questões apresentadas pelos Parlamentares.

Cada Parlamentar teve 5 minutos. Deixamos o tempo praticamente livre, diante do espírito democrático do nosso Ministro. É preciso dizer que as falas dos Deputados, dos Parlamentares, não foram todas feitas de perguntas. Havia comentários e uma pergunta no final. Por isso apenas 15 minutos serão concedidos ao Ministro, mas, se S.Exa. precisar, mas tempo lhe será dado.

Por favor, Sr. Ministro, V.Exa. está com a palavra.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

De fato, parece-me que alguns dos comentários feitos pelos Exmos. Parlamentares não carecem de resposta direta, até porque normalmente S.Exas. fazem argumentações às quais nem sempre temos o que acrescentar. Normalmente temos um grau de concordância bastante grande inclusive.

Mas quero começar pelos Deputados Guilherme Campos, Ricardo Barros e vários outros, terminando com o Senador Delcídio Amaral. S.Exas. falaram sobre a crise internacional, desdobrando isso na questão dos alimentos. Também falaram sobre o petróleo o Deputados Ricardo Barros e Senador Delcídio Amaral. Não sou talvez a pessoa mais abalizada do Governo para falar sobre isso, mas quero dar minhas impressões.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dias atrás, estive na Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, em Miami. Lá tivemos oportunidade de conversar com dirigentes de vários países, Ministros, assessores técnicos, com os próprios técnicos do BID e também com empresários, principalmente banqueiros de quase todo o mundo. O que percebemos, Senador Delcídio Amaral, Srs. Parlamentares, é que os bancos americanos estão muito pessimistas sobre o real alcance da crise, o que vai realmente acontecer.

Devo lembrar que até hoje publicam nos jornais avaliação de que muito provavelmente a economia dos Estados Unidos, no primeiro trimestre, ainda terá desempenho positivo. Quer dizer, do ponto de vista técnico, teríamos de ter 2 trimestres negativos para termos recessão. Não saiu o resultado oficial, mas as avaliações demonstram que não haverá recessão neste primeiro trimestre.

Mas volto à avaliação das autoridades com as quais falei, no sentido de há generalizado pessimismo dos bancos americanos. Em contrapartida, os bancos europeus e os japoneses, sejam privados, sejam governamentais, tais como o JBIC e o Banco Europeu de Investimentos, com os quais tivemos conversas detalhadas, de maneira geral estão moderadamente otimistas. Todos eles reafirmaram os planos de investimentos que têm principalmente no Brasil. O Banco Europeu de Investimentos e o JBIC têm grandes parcerias conosco, com a PETROBRAS e com o Governo brasileiro e se dispõem a continuar fazendo esses investimentos e mantendo os planos sem alteração.

Portanto, também perguntaria: qual o real alcance dessa crise? Sabemos que há crise enorme de liquidez por conta das dificuldades no mercado subprime, no mercado de ativos financeiros. Mas, de fato, é de se perguntar qual a repercussão disso no setor produtivo, mesmo o americano. Se olharmos por outro lado, verificaremos que a economia européia não teve grandes problemas, pelo menos até agora. As economias chinesa, coreana, japonesa e indiana, ao contrário, mantêm o mesmo desempenho, não houve nenhum tipo de problema. No Brasil, até agora — vamos ser francos —, com exceção das oscilações na Bolsa, absolutamente normais, porque a Bolsa é totalmente interligada em tempo real, não aconteceu nada. Há burburinhos sobre o que vai acontecer, mas não tivemos nenhum efeito prático dessa crise no Brasil.

Com relação ao grau de investimento, certamente essa incerteza internacional pode provocar alguma dificuldade. Mas quero lembrar — acho que todos concordam com isso — que o Brasil, de certa forma, já vem sendo tratado por setores do mercado como se fosse grau de investimento. Os investimentos externos diretos, no ano passado, passaram de 34 bilhões de dólares. Neste ano, parece que esse valor vai ser maior. Ontem saiu o resultado do primeiro trimestre e está tudo indo muito bem.

Nossa economia, tudo indica, vai avançar para esse grau de investimento. Acho que as agências de classificação estão avaliando isso, mas elas precisam nos dar uma resposta sobre o que aconteceu nesse mercado de subprime que elas aparentemente não viram. Enquanto não temos grau de investimento, instituições que eram triplo A para investimento internacional levaram a breca e deram prejuízos de 10 bilhões de dólares ou mais. Então, essa questão tem de ser enfrentada. Se fosse aqui no Brasil, com certeza já teríamos uma CPI das agências de classificação. Talvez lá o pessoal fique muito preocupado com o desdobramento disso para tocar esse negócio. Mas, de fato, precisamos de respostas para sabermos o que aconteceu. Por que instituições consideradas da maior solidez e recomendadas para investimento foram por água abaixo? Algumas, inclusive, foram vendidas rapidamente, tiveram que fazer venda de participação. Não sei qual é o real alcance disso. Sei que, por enquanto, não temos crise aqui. Acho que temos de trabalhar. Claro que caldo de galinha e cautela não fazem mal a ninguém. Temos de trabalhar para não ter crise.

Deputado Pedro, com relação à questão dos alimentos, acho que vários Parlamentares falaram a respeito e concordo com S.Exas. Foi citado pelos Srs. Deputados Miguel Martini, Marcos Montes e Guilherme Campos algo nesse sentido. Se há um país com facilidade de se reposicionar rapidamente para aumentar sua produção de alimentos é o Brasil.

Ontem, ao analisar estatística sobre a produção americana, verifiquei que vai cair em 1,5% a produção americana de milho. E sabem qual será a produção? Trezentos e sessenta e quatro milhões de toneladas só de milho. Ora, por que não podemos, num prazo de 10 a 12 anos, alcançar uma produção do mesmo tamanho? Não é verdade que temos condições de fazer isso? Vários Parlamentares perguntaram a respeito. O Presidente Lula está abraçando essa tese. S.Exa. encomendou a vários Ministros um planejamento do que precisamos fazer para estimular o Brasil a aumentar a produção de alimentos com muito mais rapidez do que tem acontecido, que tipo de apoio precisamos dar, que tipo de medida precisamos adotar para crescermos.

Quanto ao petróleo, penso que esse grau de incerteza, sem dúvida, gera problemas para nós. Mas é bom lembrarmos que estamos com uma caderneta de poupança que está só crescendo. Não vou ficar falando aqui sobre projeções e produções porque depois vão dizer que estão deixando vaziar informações antecipadamente. Sabemos que Brasil não tem ainda uma medida exata, mas tem uma reserva extra nova muito grande que temos de saber explorar. E



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esse preço do petróleo com certeza abre caminho enorme para atrair investidores para, em parceria com a PETROBRAS, fazerem a exploração.

O Sr. Deputado Guimarães perguntou sobre as questões ligadas à calamidades e emergências. Quero dizer que temos um decreto pronto, por determinação do Presidente Lula. Nós o enviamos para o Ministério da Integração e para a Casa Civil para análise. Embora não tenha conversado com os Ministros esta semana, mas acredito que temos condição de torná-lo pronto para ser assinado ainda esta semana, já respondendo a essas questões.

Não só para V.Exa., mas também para outros Parlamentares que quiserem informações a esse respeito estaremos à disposição no Ministério. Podemos recebê-los e conversarmos sobre o assunto antes de fecharmos o texto, o que, acredito, será feito esta semana. Como disse, trata-se de orientação do Presidente da República. O Deputado Padilha falará sobre isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Pedi um aparte a V.Exa. para prestar esclarecimento sobre o tema. Parece-me que há, talvez, interpretação um pouco equivocada, na medida em que se busca levar o Executivo a excepcionalizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é o caso.

A exigência é do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal a que ele se refere e que diz respeito à liberação daquelas negativas do caso de calamidade, que é uma exigência de quitação, com previdência feita pela Caixa Econômica Federal.

Dei entrada nesta Casa, semana passada, ao Projeto de Lei nº 290, de 2008, porque, no caso do meu Estado, o Rio Grande do Sul, no que diz respeito à calamidade pública do ano passado, enchentes e secas, o Ministro Geddel ainda não conseguiu liberar as verbas. E por quê? Porque as Prefeituras não conseguem preencher os requisitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que se pretende é criar um § 4º, no art. 25, se for o caso, que dirá o seguinte: *“Não se aplica o disposto no § 1º, inciso IV, alínea a deste artigo àqueles entes da Federação que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública”*. É o caso das exigências a que ele se referia. O caso é de legislação. É alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange às exigências próprias do Executivo, aí sim, evidentemente, o decreto presidencial pode excepcionalizar. E aí o Executivo sabe o que fazer.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - V.Exa tem razão. Temos que fazer uma mudança na lei que também está preparada. Mas o que estamos fazendo nesse decreto é regulamentando o que a Constituição deixou como calamidade. E há ainda o problema da situação de emergência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - É isso o que estamos tentando definir nesse decreto para deixar claro que, nesse caso, aplica-se o que a Constituição determina. Estou tentando concluir, Sr. Presidente.

O Deputado Guilherme Campos manifestou preocupação com as despesas correntes. Essa é uma preocupação também. Só quero lembrar o seguinte, Deputado: não podemos reduzir 10% das despesas de diárias e passagens todo ano, porque vai chegar uma hora em que ficará inviável executar essas despesas. Se temos uma redução 2 anos seguidos, na prática, isso significa 21%. É bom lembrar que ainda temos uma inflação de 4,5% ao ano. Quer dizer, se continuar diminuindo 10% ao ano, chegaremos a uma situação em que será impossível tocar a despesa.

O Deputado Wilson Covatti, que acho que não está mais aqui, perguntou sobre a Receita. Até lembrando, o Deputado Mendes Ribeiro está me informando que a Comissão de Orçamento passará a disponibilizar na Internet o desempenho da Receita. Vai receber da Receita Federal e colocar à disposição, o que, acho, é mais um elemento para debate público. É uma iniciativa muito positiva.

O Deputado Jorge Bittar perguntou sobre a Emenda 29 e sobre os projetos aprovados no Senado que dizem respeito à Previdência Social. A posição do Governo, Deputado Bittar, no caso da saúde, é de que seria muito positivo se conseguíssemos achar uma boa redação — e aí não tenho informação em que termos seria isso — para a questão da saúde. Ano passado, foi feita uma boa negociação aqui na Câmara que levou à aprovação de um projeto que foi para o Senado, mas ficou prejudicado quando foi derrubada a CPMF. Mas é de interesse do Governo trabalhar para achar uma solução para essa questão da saúde.

Sobre esses 2 projetos que tratam da Previdência, a nossa posição é de que eles não são sustentáveis. Quer dizer, não temos como concordar com a aprovação desses projetos a não ser que tenhamos fonte para custeá-los ou corte de despesas equivalentes em outras áreas. A verdade é que a própria Constituição diz claramente que não podemos aprovar uma despesa desse tipo, e ainda uma despesa permanente, sem ter previsão de receita para sustentar ou se não cortarmos despesas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministro, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, já estão nos chamando para a Ordem do Dia.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Só uma pequena observação. Vou propor que V.Exa. ou alguém designado por V.Exa. possa receber um grupo de Parlamentares da Frente Parlamentar da Saúde, a fim de que possamos dialogar e encontrar um caminho para a solução da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Estamos abertos para conversar. Lembro que estou trabalhando, no Governo, com os Ministros Temporão e Guido Mantega, para acharmos uma solução para isso. Mas não há problema em marcarmos para conversar.

Vou terminar, Presidente, dirigindo-me ao Senador Quintanilha. Quanto à MP 2.166, cujo teor não conheço, a Câmara está tratando de uma nova regulamentação. Tive acesso a um dos textos aprovados na Comissão Especial que trata disso. No texto, foi colocado que ficam convalidadas as medidas provisórias que ficaram encalhadas no período da transição anterior de 2001.

Essa medida, então, passaria a ser considerada aprovada. Ela não vai ter tramitação. Ela e outras, como há vários fósseis aí que, de fato, criam uma insegurança. Se um dia o Congresso votar isso e rejeitar, está feita a confusão. Então, parece-me que está sendo uma saída sensata para esse caso.

Com relação às ações, na verdade, é uma estrada em Mato Grosso do Sul. O Senador Delcídio nos esclareceu sobre esse empreendimento, e nós vamos conversar novamente. É parte de um projeto de uma estrada que atravessa de um oceano a outro e também uma estrada no Espírito Santo. Essa, inclusive, não estava na lista. Precisamos ver o que fazer. O restante é da Ferrovia Norte-Sul, que consideramos que está resolvido, porque ela está no PAC. Foi inclusive licitado o trecho norte dela. Portanto, não haverá obstáculo algum para tocar essa obra. Mas vamos reavaliar esse últimos pontos.

Presidente, encerro. Claro, vou ouvir o Senador Delcídio, mas acho que respondemos às principais questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tendo em vista que a Presidência está me sinalizando o início da Ordem do Dia, preciso, antes que o Senador Delcídio use a palavra, apenas avisar aos Deputados que estamos com reunião do Congresso marcada para as 19 horas, para votarmos os PLNs originários do veto ao PPA a que estamos aqui nos referindo. Conseguiram marcar a reunião, a Senadora Roseana apresentou o parecer, e nós iremos votá-lo no dia de hoje. Evidentemente nossa reunião da Comissão fica cancelada tendo em vista o início da Ordem do Dia.

Senador Delcídio, por favor.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Sr. Presidente, aproveitando a presença do Ministro Paulo Bernardo e do Dr. João Bernardo também, quero dizer que a BR-262 é exatamente o anel rodoviário de Corumbá que está dentro do acordo com o Presidente Evo Morales e a Presidente Bachelet, do Chile.

O segundo ponto, sobre o qual houve dúvidas, é a questão da Ferro-Oeste, que sai do Paraná e entra por Mato Grosso do Sul, o que, para nós, é um investimento absolutamente estratégico.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para esclarecer essa questão que, para o meu Estado e para o Estado do Paraná também, é muito importante.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Quarenta segundos, Presidente.

Incluimos no PAC esse empreendimento, que seria estender a Ferro-Oeste até Maracaju, Dourados. Pedimos, em outubro do ano passado, ao BNDES que fizesse o estudo de viabilidade para discutir orçamento, projeto. Isso está sendo feito e estamos fazendo também tratativas com os Governos do Paraná e do Mato Grosso do Sul para ver se viabilizamos uma equação que permita o financiamento.

Portanto, é interesse do Governo, nós queremos fazer e precisamos achar a forma de tocar esse projeto.

Depois posso mandar para V.Exas. informações mais detalhadas a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sr. Ministro, queria agradecer a presença a V.Exa. assim como aos nossos Parlamentares. Quero comunicar que, no dia 8, estaremos no Mato Grosso do Sul e, no dia 11, em Curitiba. Faremos o contato com os coordenadores de bancada e com os presidentes da Assembléia para que a LDO possa ser debatida naqueles Estados.

Sr. Ministro, muito obrigado pela presença. Foi uma honra contar com V.Exa nesta Casa. (*Palmas.*)

Dou por encerrados os trabalhos.